

Ata n.º 5/2022

Pelas 15 horas do dia 9 de setembro de 2022, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Gavião, reuniu em sessão ordinária a assembleia municipal de Gavião. A sessão contou com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Mónica Mota Marques, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Fábio Miguel Florindo Gomes, José Manuel Praia Neves, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Sílvia Tibúrcio da Palma, Ana Luisa Marques Carias, Fernando Manuel Meneses Faca, Paulo Jorge Serra dos Santos, Abílio Flores Mendes, Jorge Manuel Rodrigues Peixeiro e Germano Manuel Baptista Porfírio. -----

Registou-se a ausência dos deputados municipais Paulo José Estrela Vitoriano de Matos e Isabel Maria Casa Branca Martins, que solicitaram que a falta fosse considerada justificada. -----

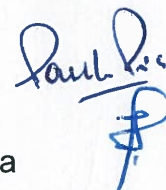
Colocados os pedidos à apreciação da assembleia, as faltas foram consideradas justificadas. -----

Ambos os deputados solicitaram substituição. Nos termos do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foram substituídos respetivamente por Andreia Sofia Gaspar Ascensão e Fernanda de Matos Catarino. -----

Também não participou na sessão a senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina Marcelino de Jesus, tendo justificado a sua ausência, comunicando que seria substituída por Paulo José Igreja Ventura, secretário da Junta de Freguesia de Belver, nos termos legalmente estabelecidos. -----

Verificou-se ainda a ausência dos membros: Ana Luisa Flores Jeremias e Alberto Paisana Faria. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio, o senhor vice-presidente, António Manuel Gomes Severino e os senhores vereadores Graciosa Espadinha Chambel e Rui Manuel Fernandes Vieira. -----



Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os pontos **três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze** da ordem de trabalhos. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão. Expressou o seu agrado por voltar a realizar a sessão da assembleia no Salão Nobre dos Paços do Concelho e sem o uso de máscara. Considerou que este regresso era sinal de normalidade -----

De seguida, manifestou o seu pesar pelo falecimento do trabalhador municipal, João António Sequeira Estrela Petra e, em sua homenagem, propôs a realização de um minuto de silêncio. A proposta mereceu a aprovação de todos os deputados municipais. -----

Terminada a homenagem, o senhor presidente da assembleia apresentou uma breve súmula dos assuntos que constavam nas atas do executivo municipal das reuniões realizada nos meses de julho e agosto de 2022. Afirmou que as mesmas evidenciavam quatro grandes domínios da ação governativa do município: ação normal do executivo (licenças, autorizações, pedidos, etc), continuidade de obras em curso; expediente habitual do período de verão (festas e outras atividades) e dinâmica oposição /executivo (trocas de opiniões, perspetivas, etc). -----

Salientou que este ano não tinha estado presente na Mostra de Artesanato e Gastronomia, por motivos pessoais, mas tinha observado as imagens bem elucidativas do sucesso do evento. Destacou que as festas de verão do concelho, também tinham tido grande dinamismo. O sucesso destes eventos tinha sido prova da enorme vontade de voltar a conviver em comunidade. Evidenciou o facto de o Município de Gavião ter apoiado, mais uma vez, as diferentes instituições na concretização dos eventos. Referiu ainda que no almoço oferecido à Banda Juvenil no âmbito da sua participação na festa da Comenda tinha sido evidente a alegria e motivação de quem colaborava no evento. -----

De seguida, deu a palavra aos membros. -----

O senhor deputado Fábio Gomes, interveio para afirmar que, ao consultar as atas das últimas reuniões de câmara tinha constatado que existiam constantes pedidos de apoio financeiro por parte das associações/coletividades do concelho, em valores acima dos 500 euros. Tendo chegado assim à conclusão

óbvia, de que as coletividades do concelho (não todas) estão extremamente dependentes da ajuda financeira do município. Afirmou compreender que cabe ao município apoiar e fomentar o associativismo e manter estas coletividades vivas, contudo, na sua opinião, deveria haver uma redução nestes apoios monetários ou uma melhor ponderação na atribuição dos mesmos. Disse que defendia isto pois as associações deviam ter mais autonomia e serem mais proactivas na angariação de fundos e apoios tal como acontece em concelhos vizinhos e não estarem sempre dependentes da “mãe CMG”! -----

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, Germano Porfírio, interveio para enaltecer o papel da Câmara Municipal de Gavião e das juntas de freguesia no apoio às associações do concelho. Afirmou que se não fosse esse apoio a fomentar a dinâmica, as associações acabariam, porque são cada vez menos as pessoas que se querem dedicar a essas causas. Felicitou o município pela organização do campeonato concelhio de jogos tradicionais. Destacou o a dedicação e empenho do senhor vice-presidente da câmara, António Severino na organização do evento. -----

O senhor deputado António Estevinha cumprimentou todos os presentes e começou por salientar que a Feira de Gastronomia tinha sido um êxito, boa oferta cultural e gastronómica com uma mole humana tremenda. Deixou os seus parabéns ao executivo e a todos os funcionários do município que tornaram o evento magnifico. Outros eventos houveram e de louvar, tal como a Festa da Juventude e principalmente a homenagem aos ex-Presidentes de Junta de Freguesia de Margem. Não há verão sem romarias, religiosas e pagãs, festas feitas por associações e voluntários, que com suor e carolice proporcionaram bons momentos às nossas gentes. Deixou uma palavra especial para a atividade intensa da ADIC, e para o retorno do CARA que voltou a fazer a sua festa após alguns anos de interrupção. O Torneio de Malha do concelho também tinha sido um sucesso evidente. O executivo, felizmente continuava uma política de proximidade, apoio permanente, seja logístico e/ou financeiro às suas associações, sendo uma das bandeiras da governação PS no nosso município. -----

Solicitou ao senhor presidente da assembleia, na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas, que traçasse em linhas gerais o estado do nosso agrupamento para este início do ano letivo, nomeadamente ao nível da

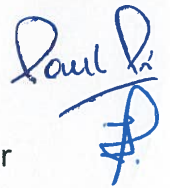
colocação de professores, oferta formativa, projetos e mais algumas informações úteis.

Aproveitou também para questionar quando começaria a nova vacinação do covid e gripe para o grupo elegível.

Em relação às estradas municipais, perguntou se já se vislumbrava algum instrumento para o financiamento da sua manutenção.

Afirmou que tinha tido a oportunidade de estar vários dias consecutivos no Gavião, e tinha ido com a família ao Museu do Sabão e ao Museu das Tapeçarias. Felizmente havia outros visitantes, oriundos de Gaia. Foi uma experiência interessante principalmente pela dinâmica e explicações dadas pelos funcionários do município, D. Olga e Diogo. Não tinha subido ao castelo, porque já o tinha feito inúmeras vezes e, também, pelo facto de saber que os conteúdos multimédia estavam “avariados” há bastante tempo. Perguntou ao senhor presidente qual a perspetiva para que aqueles equipamentos voltassem a funcionar e enriquecessem de sobremaneira a visita ao Castelo de Belver.

Abordou ainda o tema das águas. Começou por sublinhar que a integração num sistema intermunicipal, tinha sido aprovado no mandato anterior em assembleia municipal, por unanimidade. Tal como o reconhecimento de interesse público da instalação das fotovoltaicas o foi, por unanimidade. Por vezes o que transparece nas redes sociais é que não se tem a ver nada com o assunto, mas os documentos oficiais não enganam. Aquando do surgimento da questão do sistema intermunicipal, o senhor presidente da câmara tinha afirmado que possivelmente o preço da água ia aumentar, ele próprio tinha referido que a criação desta empresa era um mal menor. E porquê? Quais as outras soluções? Ou se concessionava a privados, ou ficávamos sozinhos, como fez Avis e Monforte. Quais os contras? Privatizando, o valor do serviço de fornecimento de água iria ser sempre superior. Sozinhos quando precisássemos de fazer investimento em redes em baixa o impacto e dificuldades financeiras do município seriam tremendas. A vantagem de ter o sistema intermunicipal, era o de ganhar escala, podermos usufruir de um melhor serviço, ser mais fácil e barato fazer investimentos na rede e sendo sócios da empresa e tendo sensibilidade social termos “voto na matéria”, tentar controlar custos e preços, porque todos nós sabíamos que a água para além de ser vital é um bem cada vez mais escasso. Esta explicação cabe a nós



autarcas elucidarmos os nossos munícipes. Provavelmente o senhor presidente poderá corrigir algo em que se tivesse enganado. A sua crítica às “Águas do Alto Alentejo, EIM, SA” ou ao município era o facto de não explicarem, de uma forma mais clara, o porquê desta transição e o facto de não terem sido criadas umas FAQ's, perguntas e respostas frequentes e enviado para as casas dos munícipes. Por exemplo: Perguntas e respostas sobre leitura dos contadores (dentro e fora de casa), valores, pagamentos e suas modalidades, tarifa social, etc, -----


O senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Abílio Mendes, questionou de quem era a responsabilidade pelas moradas de faturação das águas. -----

O senhor deputado Fernando Faca considerou que o comunicado da empresa “Águas do Alto Alentejo EIM, SA” difundido pelo Município de Gavião tinha sido intimidatório e ameaçador, dando um prazo para pagar até 16 de setembro. Salientou os erros constantes nas moradas, aumentos significativos na faturação e o facto de haver pessoas, nas freguesias de Margem e Belver, a pagar saneamento sem o terem. Apesar de haver limpezas de fossa grátis, não era justo pagarem por um serviço que não tinham. Salientou que, anteriormente, a câmara municipal não cobrava. Na sua opinião, o primeiro comunicado devia ter sido a pedir desculpas, pela forma hostil e ameaçadora como tratavam os munícipes, nesta matéria. -----

O secretário da Junta de Freguesia de Belver, Paulo Ventura, referiu que tinha ido ao posto de atendimento, na Casa do Povo de Gavião, e tinha apresentado uma recomendação. Na sua opinião, o tamanho de letra utilizado nas faturas é muito pequeno e devia ser maior, para permitir a leitura do documento. -----

O senhor deputado Fábio Gomes questionou se, no âmbito da temática das “Águas do Alto Alentejo”, estava prevista a sua adesão às tarifas sociais. Neste sentido o grupo do PSD propunha a celeridade na apresentação da proposta de adesão às tarifas sociais de acordo com o nº1 do Artigo 3º da Lei 147/2017 que citou: "*A adesão dos municípios ao regime de tarifa social é voluntária, mediante deliberação da assembleia municipal sob proposta da câmara municipal*". Por forma a minimizar constrangimentos financeiros às famílias e idosos com fracos recursos financeiros era urgente agilizar esta temática. -----

Em resposta ao senhor deputado António Estevinha, o senhor presidente da



assembleia deu a palavra à senhora deputada Ana Luísa Carias, para prestar esclarecimentos sobre a vacinação, na qualidade de enfermeira chefe do Centro de Saúde de Gavião. -----

A senhora deputada Ana Luísa Carias cumprimentou todos os presentes e esclareceu que esta fase de vacinação tinha tido início no dia 7 de setembro. No Centro de Saúde de Gavião tinha começado no dia 9 de setembro e estavam a ser vacinados utentes com mais de 80 anos, ou com comorbilidades. Estavam a ser administradas a vacina COVID e a da gripe. Salientou que os utentes tinham que constar como elegíveis na plataforma (4 meses após a vacinação ou 6 meses após infeção). Referiu que o agendamento podia ser feito através de agendamento central ou agendamento local. Era preferível o agendamento local, dada a idade dos utentes. Havia pouco mais de 100 pessoas elegíveis e algumas tinham recusado a vacinação. Agradeceu à câmara municipal, bombeiros e serviço municipal de proteção civil, pelo apoio na organização dos transportes. Referiu que tinham iniciado os contactos telefónicos na terça-feira. Na quinta-feira tinham vacinado 24 utentes (gripe e COVID) e na próxima terça iam vacinar novamente. No dia 15 iria ter início a vacinação nos lares. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu a informação prestada. -----

Em resposta ao senhor deputado António Estevinha, começou por frisar que o ano letivo teria início no dia 14 de setembro. Estavam matriculados no Agrupamento de Escolas de Gavião, 304 alunos. Há 3 anos atrás tinham tido 286 alunos. Evidenciou que em 2009, quando tinha iniciado funções como diretor, havia 335 alunos. Frisou que a população do concelho de Gavião tinha diminuído e o número de alunos provenientes da União das Freguesias de Alvega e Concovada também. Salientou que o facto de manter em funcionamento os cursos profissionais, assegura a permanência de alunos que após o 9.º ano iam para outras escolas. Iam decorrer três cursos profissionais. Iria abrir no 10.º ano os cursos de Técnico de Desporto e Técnico de Restauração e Bar. E no 12.º ano continuava o curso de Técnico Auxiliar de Saúde. Salientou que a procura das entidades empregadoras, por estes formandos, era estimulante. Frisou que a procura do ensino pré-escolar também estava a aumentar e havia duas turmas em Gavião e uma na Comenda. No 1.º ciclo havia quatro turmas em Gavião e uma na Comenda.

Paulo
A

Evidenciou que, pela primeira vez, o corpo docente estava praticamente todo colocado. As colocações anuais já tinham ocorrido, faltando apenas colocar alguns docentes em substituição de docentes que estavam doentes. No pessoal não docente também estava colocado o número de trabalhadores adequado. Afirmou pensar que estavam reunidas as condições para iniciar o ano letivo, com normalidade. Poderiam surgir alguns constrangimentos, pelo decorrer das obras de ampliação, mas estava a sensibilizar a comunidade escolar para o facto de se tratar de uma alteração muito desejada e positiva. –

De seguida, deu a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor presidente da câmara começou por cumprimentar todos os presentes. Frisou a importância da sessão, devido às decisões relacionadas com o início do ano letivo. Em resposta ao senhor deputado Fábio Gomes, referiu que o mesmo tinha dito que tinha lido as atas com atenção, mas parecia-lhe que não o tinha feito. Se o fizesse teria verificado que o vereador eleito pelo seu partido nunca ficava satisfeito com os montantes concedidos e queria sempre atribuir subsídios em valores superiores aos pedidos. Afirmou concordar com a intervenção do senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia. Considerou que as associações são muito importantes para o concelho, especialmente para as localidades mais isoladas. Frisou o evidente sucesso do campeonato concelhio de jogos tradicionais e salientou que todas as associações participantes tinham tido um apoio financeiro no valor de 600,00€. Parabensou o senhor vice-presidente enquanto responsável pela iniciativa e fez votos para que o evento se realizasse novamente no ano seguinte. -----

Em referência à intervenção do senhor deputado António Estevinha, afirmou que todas as atividades tinham corrido bem e que a população estava carente de bons momentos de convívio. Reafirmou que, infelizmente, os fundos comunitários não contemplavam apoios para reparação de estradas. Em relação aos conteúdos multimédia do Castelo de Belver, esclareceu que os mesmos eram da responsabilidade da Direção Regional da Cultura do Alentejo. Ainda se encontravam no período de garantia e a reparação ou substituição já estava a ser tratada. Quanto ao assunto das águas, frisou que se tinha tratado de uma decisão unânime. Salientou que se os municípios não se tivessem associado, não haveria possibilidades de financiamento. Em relação aos erros

Paulo Pires
P

nas moradas dos consumidores, afirmou que era comum a todos os municípios e já estava a ser corrigido. Frisou que os consumidores tinham que se habituar a pagar pelos serviços prestados, porque a água era muito barata face ao custo para os municípios. Recordou que o princípio do utilizador/pagador é uma imposição da ERSAR. Salientou que os consumidores que se considerem lesados pelo valor cobrado, devem reclamar e a empresa determinará a realização de leitura, por um funcionário. Concordou com a sugestão do representante da Junta de Freguesia de Belver, para que o tamanho da letra nas faturas fosse aumentado. Em resposta ao senhor deputado Fernando Faca, salientou que o comunicado não continha qualquer ameaça. Frisou que o município se tinha limitado a divulgar o comunicado da empresa e, na sua opinião, o mesmo apenas traduzia as regras impostas pela lei. Salientou que se não fossem efetuados os pagamentos, o assunto iria para contencioso. Recordou que, enquanto a água foi responsabilidade do município, facilitava-se o pagamento faseado das dívidas. Talvez isso não tivesse sido positivo, porque as pessoas tinham ficado mal-habitadas. Frisou que o pagamento do saneamento é obrigatório, por lei. Nos casos em que a habitação não está ligada ao ramal, são realizadas limpezas de fossa grátis, em número indexado ao consumo de água: 3 limpezas por ano aos consumidores até 5 m³; 4 de 15 m³ a 25 m³; 5 para consumos superiores a 25 m³. Frisou que se tratava de um problema comum aos outros concelhos. Ainda em resposta ao senhor deputado António Estevinha, informou que tinha sido identificada a necessidade de criar as FAQ's, para facilitar o esclarecimento dos consumidores. Reconheceu que a empresa tinha problemas com o recrutamento de trabalhadores e era o município que estava a solucionar as roturas, por exemplo. Em relação à tarifa social, esclareceu que está prevista na lei. Até aquele momento, apenas dois munícipes tinham pedido para beneficiar da mesma. Mas trata-se apenas da isenção de taxas. Recordou que os benefícios, anteriormente, concedidos aos beneficiários do cartão do idoso eram muito maiores. Havia consumidores que regavam hortas com a água da rede. Frisou que, face ao atual preço da água era visível uma considerável redução nos consumos. -----

PONTO UM = Apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior;

Paulo L. C.
F.

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi a mesma aprovada por unanimidade. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do CPA, não participaram na votação da ata os deputados municipais: Ana Luísa Carias, António Estevinha, Fábio Gomes, Fernanda Catarino, Isabel Martins e Paulo Ventura por não terem estado presentes na respetiva sessão. -----

PONTO DOIS = Informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo - alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 9 de setembro de 2022, que apresentava um saldo de 814.844,48€ (Operações Orçamentais – 558.760,83€ e Operações de Tesouraria – 256.083,65€). -----

O senhor presidente salientou que a situação financeira se mantinha estável e controlada. Ainda não refletia o pagamento do FEF do mês de setembro. -----

PONTO TRÊS = fixação da participação variável de IRS a aplicar aos rendimentos de 2023 (n.º 1 e 2 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e alínea e) do n.º 1, do art.º 25.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

A câmara municipal propôs a aplicação da taxa de 5% de redução (máximo possível), fixando a participação do município em 0%, devolvendo aos municípios os 5% de IRS que lhe caberiam. -----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUATRO = deliberação sobre as taxas de IMI a praticar em 2023 (artigo 112.º do Código do I.M.I. aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro); -----

Foi proposta, pela câmara municipal, a aplicação da taxa de IMI de 0,3% - prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, bem como a majoração de 30% do imposto, nos prédios degradados e o triplo do valor para os prédios considerados em ruína. -----

Paulo
F.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O senhor presidente da câmara salientou que tinha sido fixada a taxa mínima permitida por lei. -----

O senhor deputado António Estevinha afirmou que, não obstante as medidas do governo de apoio às famílias, o município poderia ter ido mais longe e aprovar a aplicação de descontos em função da constituição do agregado familiar. -----

PONTO CINCO = apreciação e eventual aprovação da proposta de não aplicação da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2023; -----

Colocada a votação, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de não aplicação de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2023. -----

PONTO SEIS = 2.ª Revisão ao Orçamento 2022 e GOP; -----

A assembleia municipal deliberou por maioria, com a abstenção do senhor deputado municipal Fernando Faca, aprovar a **2.ª revisão ao Orçamento 2022** no valor de 39.400,00€ e a **2.ª revisão às GOP** no valor de 39.400,00€. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que a revisão tinha como fundamento a agregação, no orçamento, da transferência de competências no domínio da ação social. -----

PONTO SETE = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

- **Empreitada “Arranjo Paisagístico da Avenida José Marcelino**, entre o cruzamento com a Rua Dr. Eusébio Leão e o cruzamento com a Rua São João de Deus”, a contratar através de concurso público. Despesa prevista para 2022 – 1,00€ (IVA incluído) e para 2023 – 171.689,11€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Fábio Gomes questionou que área seria abrangida. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que a intervenção será realizada na zona compreendida entre o espaço comercial (supermercado) e o Miradouro da Tapada da Senhora. -----

Paulo
F.

- **Contratos Emprego-Inserção + (IEFP).** Despesa prevista para 2022 – 2.693,00€ (bolsa + subsídio de refeição) e para 2023 – 2.154,40€ (bolsa + subsídio de refeição). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços técnicos especializados para disponibilização de uma plataforma de aprendizagem,** colaboração e partilha de conteúdos tecnológicos, a contratar a “Lusoinfo II – Multimédia S.A.” Despesa prevista para 2022 – 1.180,00€ (IVA incluído) e para 2023 – 4.261,95€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviço de fiscalização da empreitada de “Reabilitação do Edifício da Escola Primária da Degracia Cimeira para Instalação de Centro Interpretativo dos Percursos Pedestres e Centro BTT”,** a contratar através de consulta prévia. Despesa prevista para 2022 – 5.002,00€ (IVA incluído) e para 2023 – 15.006,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviço de fiscalização da empreitada de “Ampliação da Escola Básica de Gavião”,** a contratar através de consulta prévia. Despesa prevista para 2022 – 10.173,12€ (IVA incluído) e para 2023 – 30.510,38€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviço na área do marketing,** a contratar a Carolina da estrela Marques Filipe. Despesa prevista para 2022 – 2.700,00€ (IVA incluído) e para 2023 – 8.100,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços de mecânica de automóveis,** a contratar a Hugo Miguel Semedo Bispo. Despesa prevista para 2022 – 2.250,00€ (isento de IVA) e para 2023 – 6.750,00€ (isento de IVA). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Fábio Gomes perguntou em que consistia esse serviço. ----

O senhor presidente da câmara respondeu que se tratavam de serviços de mecânica e eletrónica automóvel. -----

- **Refeições escolares para alunos do pré-escolar da Comenda,** a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2022 – 1.785,40€ (IVA incluído) e para 2023 – 3.412,60€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Refeições escolares para alunos do 1.º Ciclo de Comenda,** a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2022 – 2.454,93€ (IVA incluído) e para 2023 – 4.692,33€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

Paulo Dias
P

- **Protocolo para a implementação do Programa de Desenvolvimento de Liderança**, no Agrupamento de Escolas de Gavião, a estabelecer com a entidade “Teach for Portugal”. Despesa prevista para 2023 – 3.750,00€ e para 2024 – 3.750,00€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Atividades de animação e apoio à família no Agrupamento de Escolas de Gavião** (ano letivo 2022-2023), a liquidar a APEGAV – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Gavião. Despesa prevista para 2022 – 12.700,00€ e para 2023 – 24.000,00€. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Ventura não participou na votação nem na discussão deste assunto, tendo-se ausentado da sala, por estar impedido nos termos do disposto no artigo 69.º do CPA. -----

- **Aquisição de serviços de transporté para alunos com dificuldades locomotoras: de Gavião para a CERCÍ Portalegre e de Gavião para Comenda**, a contratar à Associação Humanitária de Bombeiros de Gavião. Despesa prevista para 2022 – 15.073,20€ (IVA incluído) e para 2023 – 28.810,80€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Estratégia Local de Habitação**, a liquidar à CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Despesa prevista para 2022 – 2.180,47€ (IVA incluído) e para 2023 – 3.634,08€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. --

- **Contrato de utilização de espaço para utilização de espaço para Instalação de Máquina de Pagamento Automático (ATM)**, a liquidar a Banco Comercial Português, S.A. Despesa prevista para 2022 – 1.800,00€ (IVA incluído) e para 2023 – 5.400,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. ---

O senhor presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia enalteceu a iniciativa de colocação da caixa multibanco nas instalações da referida autarquia. Frisou que a inexistência de uma caixa multibanco próxima dos estabelecimentos comerciais era uma carência, que motivava grande descontentamento da população, na sede de concelho. -----

O senhor presidente da câmara informou que se tratava de uma parceria entre o Município de Gavião, o Millenium BCP e a União das Freguesias de Gavião e Atalaia. O valor pago mensalmente ao banco, seria determinado em função dos movimentos da caixa. -----

O senhor vice-presidente da câmara solicitou autorização para intervir e informou que as duas instituições bancárias, com balcão em Gavião, tinham

sido consultadas, mas apenas tinham informado que o assunto tinha sido encaminhado para a direção de cada uma das instituições. -----

Nos termos da citada legislação, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, **ratificar** a autorização prévia da assunção do seguinte compromisso plurianual: -----

- **Aquisição de Serviços para Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica para a Revisão do PDM de Gavião, da Revisão da REN e da Revisão da RAN**, por consulta prévia. Despesa prevista para 2022 – 39.730,05€ (IVA incluído) e para 2023 – 26.763,75€ (IVA incluído). -----

A assembleia municipal deliberou também, por unanimidade, **aprovar a recalendarização** do seguinte compromisso plurianual: -----

- Reabilitação do Antigo Seminário, contratada a “4MB – Construções, Lda”. Valor para 2022: -308.380,27€ (IVA incluído); valor para 2023: +308.380,27€ (IVA incluído). -----

A assembleia municipal deliberou ainda, por unanimidade, ratificar a recalendarização dos seguintes compromissos plurianuais: -----

- **Fornecimento de Energia Elétrica às Instalações Municipais**, contratada a “Petróleos de Portugal, S.A.”. Valor para 2022: -70.000,00€ (IVA incluído); valor para 2023: +70.000,00€ (IVA incluído); -----

- **Recolha e tratamento de resíduos sólidos** (presente em reunião do executivo de 20/07/2022), contratada à empresa VALNOR, S.A. Valor para 2022: -50.000,00€ (IVA incluído); valor para 2023: +50.000,00€ (IVA incluído); -

- **Ampliação da Escola Básica de Gavião**, contratada a “4MB – Construções Lda”. Valor para 2022: -200.000,00€ (IVA incluído); valor para 2023: +200.000,00€ (IVA incluído); -----

- **Recolha e tratamento de resíduos sólidos** (presente em reunião do executivo de 07/09/2022), contratada à empresa VALNOR, S.A. Valor para 2022: -50.000,00€ (IVA incluído); valor para 2023: +50.000,00€ (IVA incluído); -

PONTO OITO = apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração ao mapa de pessoal; -----

Depois de apresentado o documento e prestados todos os esclarecimentos solicitados, o documento foi colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Paul D.
A

PONTO NOVE = apreciação e eventual aprovação do Regulamento da Incubadora de Empresas de Gavião; -----

Tendo sido remetido antecipadamente a todos os membros foi dispensada a leitura do documento. O mesmo foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do deputado municipal Fábio Gomes. -----

PONTO DEZ = apreciação e eventual aprovação do Regulamento de Proteção Civil do Município de Gavião; -----

Tendo, igualmente, sido remetido antecipadamente a todos os membros foi dispensada a leitura do documento. O mesmo foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do deputado municipal Fábio Gomes. -----

PONTO ONZE = designação de representante para a CPCJ de Gavião; -----

O senhor presidente da assembleia explicou o fundamento da necessidade de designação de um representante para a CPCJ de Gavião, motivado pela passagem da Prof.^a Amélia de Jesus para representante da educação. -----

Apresentou uma proposta para designação da cidadã Sara Tibúrcio. Colocada a proposta a votação foram apurados 15 votos a favor e 2 votos em branco. ----

PONTO DOZE = relatórios mensais de acompanhamento e progressão das obras municipais; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “**Requalificação do Edifício Sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, Gavião**”, referente ao mês de junho de 2022”; -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “**Requalificação do Edifício Sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, Gavião**”, referente ao mês de junho de 2022”; -----

PONTO TREZE = diversos; -----

O senhor deputado **Fábio Gomes** interveio para pedir ao município que solicitasse às associações e outros organizadores de eventos na via pública como é o caso das festas de Verão, uma sinalização dos sanitários públicos e presença de sanitários portáteis, quando o recinto não tem sanitários na área circundante ou quando o evento assim o obriga. No fim de semana seguinte iria ocorrer a festa em Gavião. Assegurou saber que as portas e paredes, da zona envolvente, seriam transformadas em urinóis. Afirmou ter fotos ilustrativas do

que tinha acontecido na Feira de Gastronomia, junto às casas por carência de sanitários portáteis para o volume de visitantes que a mesma teve. Considerou que essa tinha sido a única falha que podia destacar da excelente organização do evento este ano. -----

O senhor **presidente da câmara** assegurou que, na festa que ocorreria naquele fim-de-semana haveria sanitários ocasionais. Em relação à Mostra de Artesanato e Gastronomia frisou que o evento tinha tido sanitários ocasionais, mas também tinham sido disponibilizados os sanitários do Mercado Municipal e do Miradouro do Cruzeiro. A situação relatada pelo senhor deputado Fábio Gomes acontecia por falta de civismo, porque havia muitas alternativas. -----

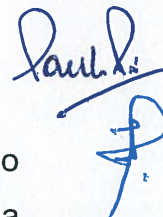
O senhor deputado Fábio Gomes, aproveitou ainda para reconhecer e louvar o facto de a autarquia manter a intenção de apoiar indiretamente as famílias do concelho, nomeadamente no que respeita à participação do município em IRS, às taxas de IMI, à não aplicação da derrama em termos de IRC, no pagamento integral das refeições a todos os alunos do pré-escolar e 1º ciclo do agrupamento de escolas. Afirmou tratarem-se de medidas com grande peso no orçamento familiar dos munícipes ao contrário da mão cheia de nada que na segunda-feira anterior o atual Governo nos tinha presenteado. -----

Em representação da Junta de Freguesia de Belver, o deputado **Paulo Ventura** questionou se havia perspetiva de ser formalizada candidatura para intervenção no Museu da Fraga e arranjo da azenha. Questionou também se havia evolução em relação à aquisição da escola velha de Belver. Aproveitou ainda para alertar para a colocação de lâmpadas com cores diferentes, brancas e amarelas, na vila de Belver. Considerou que sendo uma vila histórica deveria ter havido cuidado na substituição das lâmpadas. -----

O senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, **Abílio Mendes**, questionou se o Plano de Emergência e Proteção Civil tinha sido aprovado recentemente. -----

O senhor presidente da câmara confirmou que o documento tinha sido aprovado no presente ano. -----

O senhor deputado Abílio Mendes afirmou que no documento referido, no contacto do presidente da Junta de Freguesia de Comenda ainda consta o nome do seu antecessor. -----



O senhor presidente da câmara salientou que os contactos tinham sido atualizados, mas iria verificar e se estivesse errado providenciaria a adequada correção. -----

O senhor deputado **Abílio Mendes** afirmou que o Campo de Aviação da Comenda deveria ser limpo, para ser utilizado. Porque seria uma mais valia para o concelho. -----

O senhor deputado **Fernando Faca** referiu que, na última assembleia tinha feito uma intervenção sobre os estacionamento e os caminhos utilizados pelo rally. Os caminhos não tinham sido reparados. Questionou se o assunto tinha caído em saco roto, por estamos a passar uma época de grande azáfama devido à preparação das festas. Deu os “parabéns” ao Partido Socialistas pelas medidas do governo, divulgadas pelo Município de Gavião. Na sua opinião, o poder local devia ter uma palavra a dizer sobre o assunto. -----

O senhor deputado **Paulo Serras** alertou para a utilização de um caminho de uma propriedade privada, apanhando um troço de um caminho público na zona da “Mateira”, onde havia pilotos de todo-o-terreno, italianos e espanhóis, a treinar. -----

Em resposta à questão da Junta de Freguesia de Belver, o senhor presidente da câmara informou que se aguardava a contratualização do “Portugal 2030” e a possibilidade de enquadrar as candidaturas referidas. Quanto Escola Velha, o edifício continuava a ser património da Segurança Social. Salientou que a substituição das lâmpadas era da responsabilidade da E-Redes, mas iria pedir à empresa para uniformizar a cor das lâmpadas. Salientou que a E-Redes estava a fazer a substituição por lâmpadas LED e esperava que até ao final do ano fizessem a substituição em todo o concelho. -----

Em resposta ao senhor deputado Abílio Mendes, esclareceu que o Campo de Aviação não era propriedade municipal, nem estava identificado pelas entidades aeronáuticas para esse fim. -----

Em relação à intervenção do senhor deputado Fernando Faca, salientou que o Município de Gavião tinha um plano estabelecido, que era articulado com a GNR. Assegurou que não era pelas festas que tinha deixado de ser feita qualquer intervenção. Relativamente à ironia face às medidas de apoio à família anunciadas pelo governo, lamentou que tivesse uma visão parcial. Salientou que não o tinha ouvido dizer que iria receber 50% do valor da

Paulo Reis

reforma em outubro. Aconselhou-o a não ir pelas mensagens que lhe eram encomendadas. Saliu que eram medidas muito boas para as famílias, tais como as rendas não poderem subir mais de 2%. Naquela data estavam reunidos, em Bruxelas, os ministros para porem um travão no aumento dos combustíveis. Evidenciou que o governo tem de optar por medidas equilibradas, para não colocar em causa o equilíbrio orçamental. As medidas tinham como objetivo apoiar as famílias, sobretudo as de menores rendimentos. -----

O senhor deputado Fernando Faca retorquiu afirmando que apenas o travão ao arrendamento era um benefício. O gás natural apenas existe no Litoral e em relação aos combustíveis ninguém abastece mais de 50 litros. -----

O senhor presidente da câmara salientou que as medidas anunciadas tinham um custo de 4 mil milhões de euros. Afirmou que devíamos orgulhar-nos de ter um governo que se preocupa com as famílias, sem comprometer o equilíbrio orçamental. Destacou os diversos apoios que o Município de Gavião dá às famílias e também as condições de vida no concelho. -----

Terminada as intervenções dos deputados, o senhor presidente da assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir. -----

Registou-se a intervenção do senhor Armindo Ventura Costa, que começou por manifestar o seu agrado por poder participar na sessão. Acerca do saneamento básico, questionou se as fossas seriam para o futuro. Se nunca se tinha pensado fazer uma candidatura para resolver o problema do saneamento. -----

O senhor presidente da câmara salientou que, nas localidades em que há saneamento é obrigatória a ligação ao ramal. Esclareceu que o saneamento é uma responsabilidade da empresa, que tem identificadas as localidades que não têm saneamento, para que possa vir a haver intervenção nesse sentido. Também foi identificada a localidade de Cadafaz, por ser a localidade com maiores perdas e tinha sido pedido à empresa para haver remodelação da rede em baixa. -----

O senhor Armindo Costa alertou para desperdícios de água da rede, em Alvisquer, nos três fontanários. -----

O senhor presidente agradeceu a informação. Sublinhou que a água dos fontanários não é analisada e as juntas de freguesia deveriam colocar sinalética a informar esse facto. -----

Paul P.

O senhor João Covas da Silva manifestou vontade de intervir acerca da questão do seu tempo de serviço como bombeiro. -----

O senhor presidente da assembleia municipal salientou que tinha sido remetido à assembleia municipal um ofício acerca desse assunto. Na sessão anterior, tinha sido dado conhecimento do teor do documento, explicativo da pretensão do senhor João Covas. Considerando que se trata de um assunto particular e que este órgão não tem qualquer competência para resolver a questão, a intervenção solicitada não iria surtir qualquer efeito. Não havendo qualquer evolução ou informação que justificasse que se dirigisse aos deputados. -----

Terminadas as intervenções, o senhor presidente da mesa da assembleia municipal agradeceu a presença de todos os membros e declarou encerrada a sessão, eram dezassete horas e trinta minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal

Paulo Pires

(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária

Isabel Maria Dias Martins

(Isabel Maria Dias Martins)